Secretaria Regional do Mar e das Pescas

Anúncio n.º 340/2022 de 10 de agosto de 2022

1 - Identificação e contatos da entidade adjudicante:

Designação da entidade adjudicante (*)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas – Direção Regional das Pescas.

Serviço/órgão/pessoa de contato

Diretora de Serviços de Planeamento e Economia Pesqueira da Direção Regional das Pescas – Conceição Lourenço

Endereço (*)

Rua Cônsul Dabney – Colónia Alemã

Código postal (*)

9900-014

Localidade (*)

Horta

Telefone (00351)

292 202 400

Fax (00351)

292 240 890

Endereço eletrónico (*)

info.drp@azores.gov.pt

2 - Objeto do contrato:

Designação do contrato (*)

Concurso público n.º 4/2022 com publicidade internacional no Jornal Oficial da União Europeia, para a celebração de contratos de "Aquisição de serviços de observadores científicos de mar em embarcações de frota da RAA– PNRD 2022- 2024 – Ilha de São Miguel, Terceira Faial/Pico – 4 avenças".

Descrição sucinta do objeto do contrato

O objeto dos contratos consiste aquisição de serviços de observadores científicos de mar em embarcações de frota da RAA– PNRD 2022- 2024 – Ilha de São Miguel, Terceira e Faial/Pico – 4 avenças".

Tipo de contrato

aquisição de serviços (*). Caso seja "Outro", indique qual: Clique aqui para introduzir texto.

Classificação CPV (1) (*)

CPV- 73112000-0 - Serviços de investigação marinha.

3 - Indicações adicionais:

O concurso destina-se à celebração de um acordo quadro? (*) não

[Em caso afirmativo]

Modalidade (*) - Escolha um item.

Prazo de vigência (*):

- até: Clique aqui para introduzir uma data.

ou - por: Clique aqui para introduzir texto. meses ou Clique aqui para introduzir texto. anos

O concurso destina-se à instituição de um sistema de aquisição dinâmico? (*) não

É utilizado um leilão eletrónico? (*) não

É adotada uma fase de negociação? (*) não

O contrato está reservado a entidades que operem no mercado com o objetivo principal de promover a integração social e profissional de pessoas com deficiência ou socioeconomicamente desfavorecidas? (*) não

A execução do contrato está limitada ao âmbito de programas de emprego protegido? (*) não

4 - Admissibilidade da apresentação de propostas variantes (*) não

5 - Divisão em lotes (*) sim :

[Em caso afirmativo]

Lote n.º (*)

Lote 1

Designação do lote (*)

Um observador de mar para a ilha de São Miguel.

Descrição sucinta do objeto do lote (*)

Observador científico de mar para a ilha de São Miguel.

Classificação CPV (2) (*)

CPV- 73112000-0 - Serviços de investigação marinha.

Lote 2

Designação do lote (*)

Um observador de mar para a ilha de São Miguel.

Descrição sucinta do objeto do lote (*)

Observador científico de mar para a ilha de São Miguel.

Classificação CPV (2) (*)

CPV- 73112000-0 - Serviços de investigação marinha.

Lote 3

Designação do lote (*)

Um observador de mar para a ilha da Terceira.

Descrição sucinta do objeto do lote (*)

Observador científico de mar para a ilha da Terceira.

Classificação CPV (2) (*)

CPV- 73112000-0 - Serviços de investigação marinha.

Lote 4

Designação do lote (*)

Um observador de mar para a ilha do Faial/Pico.

Descrição sucinta do objeto do lote (*)

Observador científico de mar para a ilha do Faial/Pico.

Classificação CPV (2) (*)

CPV- 73112000-0 - Serviços de investigação marinha.

6 - Local da execução do contrato (*)

País:

Portugal

Região/Distrito:

Região Autónoma dos Açores.

Concelho:

Lote 1 e Lote 2: Ponta Delgada; Lote 3: Angra do Heroísmo; Lote 4: Horta e Madalena.

Código NUTS (3):

PT200

7 - Prazo de execução do contrato (*):

Até 30 de novembro de 2024. Clique aqui para introduzir texto.

8 - Documentos de habilitação

Clique aqui para introduzir texto. Documentos previstos no n.º 1 do artigo 81.º do CCP:

i) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao presente programa do procedimento,

previsto no n.º 2 do artigo 40.º do Decreto Legislativo Regional 27/2015/A, de 29 de dezembro;

ii) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do

artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos salvo se estiver registado no Portal de Fornecedores do Estado (Iniciar Sessão | PNFE (impic.pt)), devendo dar essa indicação à entidade adjudicante;

b) Certidão do Registo Comercial ou acesso à certidão permanente da empresa, quando aplicável.

9 - É exigida a demonstração de outros elementos de habilitação relativos à capacidade económica e financeira e à capacidade técnica e profissional? (*) não

[Em caso afirmativo]

Indicar os níveis mínimos de capacidade económica e financeira e de capacidade técnica e profissional e os documentos destinados a comprová-los (*)

Clique aqui para introduzir texto.

10 - Acesso às peças do concurso e apresentação das propostas:

10.1 - Consulta das peças do concurso:

Designação do serviço da entidade adjudicante onde se encontram disponíveis as peças do concurso para consulta dos interessados (*)

Secretaria Regional do Mar e das Pescas – Direção Regional das Pescas.

Endereço desse serviço (*)

Rua Cônsul Dabney – Colónia Alemã.

Código postal (*)

9900-014

Localidade (*)

Horta

Telefone (00351)

292 202 400

Fax (00351)

292 240 890

Endereço eletrónico (*)

info.drp@azores.gov.pt

10.2 - Meio eletrónico de fornecimento das peças do concurso e de apresentação das propostas:

Plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante [se aplicável] (*)

As peças do procedimento serão disponibilizadas na plataforma eletrónica acinGov, disponível em https://www.acinGov.pt

10.3 - Preço a pagar pelo fornecimento das peças do concurso (se for o caso)

Clique aqui para introduzir texto.

11 - Prazo para apresentação das propostas ou das versões iniciais das propostas sempre que se trate de um sistema de aquisição dinâmico (*):

Até às 23:59 horas, hora de Portugal Continental do 30. º dia a contar da data de envio do presente anúncio.

12 - Prazo durante o qual os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas (*):

120 dias a contar do termo do prazo para a apresentação das propostas

13 - Critério de adjudicação (*)

proposta economicamente mais vantajosa

Se o critério for o da proposta economicamente mais vantajosa, indicar os fatores e eventuais subfactores acompanhados dos respetivos coeficientes de ponderação (*)

Preço – 30%; Dias de Embarque – 30%; Experiência de Observação Açores PNRD – Tipo de Dados (EOAz-DPNRD) – 20%; Experiência de Observação Açores /PNRD – Tipo Frotas/Metiers (EOAz-MPNRD) – 20%.

14 - Dispensa de prestação de caução não

15 - Identificação e contatos do órgão de recurso administrativo:

Designação (*)

Secretário Regional do Mar e das Pescas

Endereço (*)

Rua Cônsul Dabney – Colónia Alemã.

Código postal (*)

9900-014

Localidade (*)

Horta

Telefone (00351)

292 202 400

Fax (00351)

292 240 890

Endereço eletrónico (*)

info.srmp@azores.gov.pt

Prazo de interposição do recurso:

Clique aqui para introduzir texto. dias

16 - Data de envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores (*)

09-08-2022

17 - O procedimento a que este anúncio diz respeito também é publicitado:

No Diário da República? sim (*)

No Jornal Oficial da União Europeia? sim (*)

18 - Outras informações

Nos termos da cláusula 9.ª do caderno de encargos o preço base do procedimento é de € 220.000.00 (duzentos e vinte mil euros), não incluindo o Imposto sobre o Valor Acrescentado, dividido por lotes, melhor identificados no Anexo I ao caderno de encargos, sendo o valor de cada lote de € 55.000,00 (cinquenta e cinco mil euros).

19 - Identificação do autor do anúncio:

Nome (*) Conceição Lourenço

Cargo ou função (*) Diretora de Serviços de Planeamento e Economia Pesqueira

(*) Preenchimento obrigatório.

(1) Cf. Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (Common Procurement Vocabulary - CPV), instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 340, de 16 de dezembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 329, de 17 de dezembro de 2003 (retificado pela retificação publicada no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 330, de 18 de dezembro de 2003), e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008.

(2) Idem.

(3) Cf. Regulamento (CE) n.º 1059/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 154, de 21 de junho de 2003, alterado pelo Regulamento (EU) n.º 868/2014, da Comissão, de 8 de agosto, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 241, de 13 de agosto de 2014.